



CONTRADITÓRIO
think tank

Jorge Pires Ferreira | Perspectiva de Bento XVI
sobre o desenvolvimento humano integral

Policy Paper 10/04 | Maio 2010



Perspectiva de Bento XVI sobre o desenvolvimento humano integral

Jorge Pires Ferreira

Policy Paper 10/04
Maio 2010

Contraditório
www.contraditorio.pt

e-mail: info@contraditorio.pt

As opiniões expressas no artigo são da inteira responsabilidade do(s) autor(es) e não coincidem necessariamente com a posição do Contraditório.

O Contraditório é uma associação sem fins lucrativos, independente e sem qualquer vínculo político-partidário, que tem como missão divulgar boas práticas e propor soluções inovadoras. Acreditamos que a liberdade cria espaço para a criatividade, o mérito e a responsabilidade. O Contraditório assume a sua missão com coragem e confiança, sem medo e sem favor.

Os estudos do Contraditório procuram estimular o debate de ideias.

Citation: Jorge Pires Ferreira, Perspectiva de Bento XVI sobre o desenvolvimento humano integral, Policy Paper 10/04, Maio 2010, Contraditório, www.contraditorio.pt

Copyright: Este Policy Paper é disponibilizado de acordo com os termos da licença pública creative commons (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/pt/deed.pt>).



RESUMO

Bento XVI escreveu uma encíclica sobre o desenvolvimento humano integral. Neste documento, *Caritas in veritate*, são abordados assuntos como a globalização, o trabalho ou ambiente, entre outros, numa visão humanista que alia a racionalidade à fé cristã.

As propostas da encíclica de Bento XVI não se situam ao nível das soluções técnicas nem dos modelos políticos e económicos, mas na argumentação racional e no despertar de forças espirituais, sem as quais a justiça e o desenvolvimento não poderão afirmar-se nem prosperar.

Palavras-chave: Bento XVI, Desenvolvimento, Doutrina Social da Igreja, Economia, Política, Cidadania

Autor: Jorge Pires Ferreira

e-mail: jpf@contraditorio.pt



Introdução

Bento XVI publicou no dia 29 de Junho de 2009 a encíclica *Caritas in veritate* (*Caridade na verdade*). Na carta propõe-se contribuir para o desenvolvimento humano integral, apelando à “caridade na verdade” não só nas micro-relações estabelecidas entre amigos, na família, no pequeno grupo, mas também nas macro-relações, isto é, nos relacionamentos sociais, económicos e políticos de grupos, instituições e mesmo nações.

O documento insere-se num *corpus* de textos papais, iniciado em plena Revolução Industrial e denominado doutrina social da Igreja.

Em Portugal, a sua recepção foi residual, mas estamos em crer que os decisores políticos, os economistas e gestores, os cidadãos participativos, sejam cristãos ou não, terão a ganhar com a visão humanista de Bento XVI.

1. Um Papa com má imprensa

Há uma velha tendência de dividir os Papas entre os que têm boa imprensa e os que têm má imprensa. Velha, isto é, desde que existe sociedade mediática e em que o meio mais determinante é a televisão.

João XXIII (1958-63) teve boa imprensa. Se folhearmos os jornais à volta do dia da sua morte, 3 de Junho de 1963, vemos que o mundo está comovido. Em Itália, os polícias decidem não passar multas. O “Giro” pára. Hannah Arendt dedica-lhe um capítulo em *Homens em tempos sombrios*¹.

Paulo VI (1963-78) teve-a má. Assumiu a tarefa de continuar a renovação da Igreja católica e não terá agradado nem aos que olhavam mais para o passado, nem aos que mais ansiavam pelo futuro, isto para não usar os rótulos de “conservadores” e “progressistas”, que ambos os grupos dizem não serem

¹ ARENDT, Hannah, *Homens em tempos sombrios*, Lisboa, Relógio d’Água, 1991, pág. 13-86.



apropriados. Paulo VI foi o Papa que vendeu a tiara, símbolo de poder temporal e espiritual, renunciando a mandar sobre César – na realidade, algo que há muito os Papas não faziam. Foi o Papa que abraçou Atenágoras, patriarca mais importante dos Ortodoxos, levantando uma excomunhão de quase mil anos. Foi o Papa que ofereceu o seu anel de antigo bispo de Milão ao Primaz da igreja anglicana, chamando-lhe irmão. Estes três gestos, entre muitos outros, fizeram dele um profeta que quis superar divisões trágicas. Mas não obtiveram grande eco.

De João Paulo I (1978), pouco se pode dizer. Viveu 33 dias como Papa. Mas se quando era bispo de Veneza escrevia cartas a autores célebres, como a Mark Twain (reunidas no livro *Illustrissimi*), revelando-se conhecedor da literatura e com grande sentido de humor, provavelmente teria boa imprensa. Ficou conhecido por “o Papa do sorriso”.

João Paulo II (1978-2005), que permitiu que todos acompanhassem a sua decadência física, num mundo que esconde a debilidade, morreu com grandes níveis de boa imprensa. Mas, como teve um dos pontificados mais longos da história, o terceiro, só superado por Pio IX (1846-1878) e o próprio Pedro (30-67), sofreu igualmente de crítica mediática. O atentado no início do pontificado e a debilidade final parecem ter provocado o esquecimento de períodos de imprensa mais crítica.

Bento XVI (2005-...) nem “estado de graça” teve. A má imprensa ensombra tudo em que toca, desde o início. Sem falar de como tem sido mediaticamente tratada a questão dos abusos sexuais do clero (fiquemos pela afirmação do historiador Rui Ramos, no “Para a nova inquisição laica nada é suficiente: exigem historicamente que a hierarquia católica admita o que já admitiu, peças as desculpas que já pediu, castigue quem já foi castigado e deixe de reivindicar um foro especial que já não reivindica”²), pense-se nas afirmações sobre o perigo de uma Fé sem Razão³, em Setembro de 2006, em Regensburg, que incendiou a rua muçulmana. Sucedeu o que pretendia evitar. Pense-se na ida à Universidade “La

² Rui Ramos, *A anti-igreja*, in *Expresso* (11 de Abril de 2010).

³ Cf http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/september/documents/hf_ben-xvi_spe_20060912_university-regensburg_po.html



Sapienza”, cancelada à última hora perante a contestação de alguns estudantes e professores. Nessa universidade romana, o Papa tencionava defender a busca da verdade em liberdade⁴. Ou nas afirmações sobre a incapacidade do preservativo para um combate eficaz da SIDA, no voo para África, em Março de 2009, que obnubilou por completo, por exemplo, as afirmações contra a corrupção perante líderes angolanos.

Bento XVI não tem má imprensa, tem péssima – o que não tem deixado conhecer o pensamento de um teólogo que discutiu com o filósofo alemão Jürgen Habermas sobre a origem do Estado democrático⁵, em Janeiro de 2004, em Munique, que trocou ideias com o ex-presidente do Senado italiano, Marcello Pera, sobre como o cristianismo é necessário para o liberalismo⁶, que desceu ao debate público sobre a existência de Deus com o filósofo Flores d’Arcais. Promovido pela revista italiana “MicroMega”, no Teatro Quirino, em Roma, o debate foi assistido por mais de duas mil pessoas, dentro e fora do teatro e está publicado em português⁷.

Compreende-se assim que José Pacheco Pereira reconheça que Joseph Ratzinger/Bento XVI, sendo “dos grandes intelectuais do século XX e início do século XXI”, tem uma “contribuição pouco conhecida”. “A espectacularização da vida pública” não o permite⁸.

2. Encíclica social

Ora, já como Papa, publicou a encíclica *Caritas in veritate*, documento de Doutrina Social da Igreja que constitui o seu grande contributo para a construção

⁴ O discurso pode ser lido em <http://www.zenit.org/article-17318?l=portuguese>

⁵ Cf. http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=704223

⁶ PERA, Marcello, *Perché dobbiamo dirci cristiani. I liberalismo, l’Europa, l’etica*, Mondadori, 2008 [Porque nos devemos chamar cristãos. O liberalismo, a Europa, a ética, sem tradução portuguesa].

⁷ D’ARCAIS, Paolo Flores, e RATZINGER, Joseph, *Existe Deus? - Um Confronto Sobre Verdade, Fé e Ateísmo*, Lisboa, Pedra Angular, 2009.

⁸ José Pacheco Pereira entrevista pela Agência Ecclesia, *Bento XVI é um intelectual desconhecido*, <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=78807>.



da sociedade contemporânea nas vertentes política e económica. Assinada pelo Papa no dia 29 de Junho de 2009, foi divulgada a partir de meados de Julho de 2009, quando a crise financeira já se tinha transformado em crise económica – o que terá levado a adiar o documento, previsto inicialmente para 2007, altura em que se completavam os quarenta anos de uma outra encíclica sobre o desenvolvimento, a *Populorum progressio*, de Paulo VI.

Na entrevista citada, Pacheco Pereira diz que “faz parte da nossa cultura geral conhecer o essencial das encíclicas, pelo menos desde o fim do século XIX”.

Vale a pena conhecer as ideias de quem tem a pretensão de sugerir “a todos os homens de boa vontade” – expressão no frontispício do documento – princípios para o “desenvolvimento humano integral”. Mas antes de uma apresentação deste documento, o esclarecimento de alguns termos.

Encíclica. É essencialmente uma carta circular, extensa, do Papa para a Igreja e, neste caso, para o mundo. Habitualmente são desenvolvidas durante meses por uma equipa de especialistas, dando-lhe o Papa o cunho final. Trata-se do tipo de documento papal mais importante, acima das Mensagens, Cartas apostólicas e Exortações apostólicas. Até agora, Bento XVI escreveu três: *Deus Caritas Est* (*Deus é a Amor*)⁹, em 2006; *Spe Salvi* (*Salvos na Esperança*)¹⁰, em 2007, e *Caritas in veritate* (*A Caridade na Verdade*), de 2009.

Doutrina Social da Igreja (DSI). É o pensamento da Igreja Católica sobre a sociedade, com especial enfoque nas questões políticas e económicas. A Igreja tem uma mundividência, enraizada na própria Revelação, que, na sua óptica, deve ser anunciada no espaço público, ao contrário de outros elementos – os sacramentos, por exemplo – que são exclusivos dos seus fiéis. O pensamento social da Igreja, outra expressão para a mesma realidade, está especialmente

⁹ Pode ser lida em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est_po.html.

¹⁰ Pode ser lida em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi_po.html.



exposto num “corpus” de textos, na sua maioria encíclicas, que começou em 1891, com a *Rerum novarum*¹¹, de Leão XIII (1878-1903), e tem na *Caritas in veritate* o mais recente documento. Note-se que a *Rerum novarum* foi escrita já com a revolução industrial adiantada no centro da Europa, como reacção às propostas comunistas (o “Manifesto Comunista” é de 1848) para o ambiente urbano e industrial que Charles Dickens tão bem descreveu: “Seguramente, nunca houve porcelana mais frágil do que aquela de que eram feitos os industriais de Coketown... Ficavam arruinados se se lhes pedia para mandar as crianças operárias à escola, ficavam arruinados quando eram designados inspectores para visitarem as suas fábricas, ficavam arruinados se estes mesmos inspectores consideravam duvidoso que tivessem direito a cortar as pessoas aos bocados com as suas máquinas, ficavam completamente arruinados se se insinuava que talvez nem sempre precisassem de fazer tanto fumo” (“Tempos Difíceis”, 1853).

A “Magna Carta” de Leão XIII, como também é conhecida, gerou um associativismo de sinal cristão e movimentos que deram origem aos partidos democratas-cristãos do centro da Europa e, ainda que remotamente, à CEE.

Caritas in veritate (*A Caridade na verdade*). São as primeiras palavras desta encíclica em latim. Os documentos do Papa e dos concílios são habitualmente conhecidos pela primeira expressão da língua oficial da Igreja. A primeira frase é um resumo do documento: “A caridade na verdade [...] é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira”. O documento está publicado em português por várias editoras (Paulus, Paulinas, A.O, etc.) e pode ser lido on-line¹².

¹¹ Pode ser lida em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html

¹² Cf. http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20090629_caritas-in-veritate_po.html



3. Recepção tímida em Portugal

Note-se que o documento, na imprensa escrita generalista portuguesa, teve uma recepção limitada, ainda que num caso ou noutro tenha sido calorosa. Fora de alguns círculos intelectuais e cristãos, a recepção foi nula.

José Manuel Fernandes, então director do “Público”, dedicou-lhe dois editoriais (13 e 14 de Julho), notando que o documento foi entregue a Barack Obama, que por esses dias estava em Itália para uma reunião do G8: “Do muito que se deverá escrever e debater sobre o conteúdo deste documento, dois aspectos merecem especial destaque. O primeiro é a clarificação de que a doutrina social da Igreja não se opõe à economia de mercado, nem impõe uma economia comandada, isto é, não é anticapitalista, como por vezes é interpretada. O segundo é a clareza com que aborda a falência das instituições multilaterais, das Nações Unidas às diferentes organizações de cooperação económica.

No centro desta encíclica está o conceito de «responsabilidade», infelizmente muito em desuso: «O desenvolvimento humano integral supõe a liberdade responsável da pessoa e dos povos: nenhuma estrutura pode garantir tal desenvolvimento, prescindindo e sobrepondo-se à responsabilidade humana», escreve Bento XVI. (...) [O Papa] considera que, «perante o crescimento incessante da interdependência mundial, sente-se imenso – mesmo no meio de uma recessão igualmente mundial – a urgência de uma reforma quer da Organização das Nações Unidas, quer da arquitectura económica e financeira internacional». No fundo «um grau superior de ordenamento internacional de tipo subsidiário para o governo da globalização. Algo que não é o G8, mas talvez possa ter como embrião o G20. Não está escrito, mas está nas entrelinhas”¹³. Um dos pontos em que a análise mediática mais incidiu foi sobre qual a tendência ideológica. Esquerda ou Direita?

¹³ José Manuel Fernandes, «*Silly season*» portuguesa e aquilo que interessa ao mundo, in *Público* (13 de Julho de 2009).



Anselmo Borges, padre e filósofo, escreveu: "O debate público à sua volta revela a grande autoridade do Papa não só no mundo católico, mas também entre políticos e organismos internacionais. Vários media mundiais de referência consagraram-lhe o editorial, sublinhando a sua importância e até a sua inesperada orientação à esquerda"¹⁴.

No dia seguinte, no mesmo jornal, numa perspectiva que considero mais acertada, Alberto Gonçalves escreveu: "A terceira encíclica de Bento XVI, «Caridade na Verdade», ou «Amor na Verdade», foi lida com certos abusos interpretativos. Nela, ao contrário do que se fez constar, nem por uma vez o Papa rejeita o mercado livre ou a globalização, e explicitamente refere que não pretende sugerir modelos de organização política ou alternativas ideológicas, aliás áreas incompatíveis com a religiosidade e a moral individuais e privadas de que o teólogo Ratzinger trata. Por azar, a subtileza do tratamento é excessiva para os que imaginaram nas suas palavras um apelo à «reinvenção» do sistema económico e, claro, um ataque à «ganância»"¹⁵.

Antes de apresentar algumas das ideias de Bento XVI sobre o desenvolvimento humano, refira-se que a Igreja, com a DSI, move-se no campo dos valores que inspiram a acção e não no campo das medidas técnicas. Os seus pronunciamentos são morais, alicerçados em princípios como a inviolável dignidade do ser humano, a defesa do bem comum como prioridade dos poderes públicos, o destino universal dos bens, a subsidiariedade, a solidariedade, o dever e direito de participação na vida de sociedade, a justiça, a verdade e a liberdade. Escreve o Papa: "A Igreja não tem soluções técnicas para oferecer e não pretende «de modo algum imiscuir-se na política dos Estados»; mas tem uma missão ao serviço da verdade para cumprir, em todo o tempo e contingência, a favor de uma sociedade à medida do homem, da sua dignidade, da sua vocação" (n. 9).

¹⁴ Anselmo Borges, *A Igreja e o Social (1)*, in *Diário de Notícias* (18 de Julho de 2009).

¹⁵ Alberto Gonçalves in *Diário de Notícias* (19 de Julho de 2009).



4. Visão humanista do desenvolvimento

Quais são, então, as ideias de Bento XVI? Esta tentativa de resumo à base de citações cruciais não pretende de modo nenhum abarcar todos os temas de documento com cerca de duzentos mil caracteres distribuídos por 79 números.

4.1. Prioridade à verdade

A primeira grande ideia é a da necessidade de verdade na ordem social. Este imperativo tem sido caro a Bento XVI, que já como bispo e cardeal escolheu combater o relativismo filosófico e axiológico. “Sem verdade, a caridade cai no sentimentalismo. O amor torna-se um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente. É o risco fatal do amor numa cultura sem verdade; acaba prisioneiro das emoções e opiniões contingentes dos indivíduos, uma palavra abusada e adulterada, chegado a significar o oposto do que realmente é” (n.º 3). “A verdade, fazendo sair os seres humanos das opiniões e sensações, subjectivas, permite-lhes ultrapassar determinações culturais e históricas para se encontrarem na avaliação do calor e substância das coisas” (n.º 4). “Sem verdade, cai-se numa visão empirista e céptica da vida, incapaz de se elevar acima da acção porque não está interessada em identificar os valores — às vezes nem sequer os significados — pelos quais julgá-la e orientá-la. A fidelidade ao homem exige a fidelidade à verdade, a única que é garantia de liberdade (cf. Jo 8, 32) e da possibilidade dum desenvolvimento humano integral” (n. 9).

4.2. Desenvolvimento para todos

A *Caritas in veritate* pretende focar-se no desenvolvimento, surgindo na sequência da *Populorum progressio* (*O desenvolvimento dos povos*, de 1967)¹⁶, de

¹⁶ Cf. http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum_po.html



Paulo VI, e da *Sollicitudo rei socialis* (*A solicitude social da Igreja*, de 1987)¹⁷, de João Paulo II. É célebre a aceção de Paulo VI de que o desenvolvimento deve ser para todos e para a pessoa toda, nas suas várias dimensões, social, cultural e até espiritual, e não apenas económico. Bento XVI não apresenta uma definição nova de desenvolvimento, preferindo dar seguimento à “visão articulada” de Paulo VI, escrevendo que o Papa Montini “com o termo «desenvolvimento» queria indicar, antes de mais nada, o objectivo de fazer sair os povos da fome, da miséria, das doenças endémicas, e do analfabetismo”. E explica o que isso significava para os povos, “do ponto de vista político, a sua participação activa e em condições de igualdade no processo económico internacional; do ponto de vista social, a sua evolução para sociedades instruídas e solidárias; do ponto de vista político, a consolidação de regimes democráticos capazes de assegurar a liberdade e a paz” (n.º 21).

Como é por demais evidente, o sonho de desenvolvimento de Paulo VI ainda não se realizou. Escreve Bento XVI: “Interrogamo-nos até que ponto as expectativas de Paulo VI foram satisfeitas pelo modelo de desenvolvimento adoptado nos últimos decénios”. Não foram. O Papa reconhece que houve alguma evolução. “Milhões de pessoas” saíram da “miséria” e “muitos países” têm agora a “possibilidade de se tornarem actores eficazes da política internacional”. Mas na globalidade, o mundo é subdesenvolvido.

4.3. A justiça é o primeiro dever

A justiça surge (ou é necessária) onde há sociedade, como afirma o princípio clássico, “ubi societas, ibi ius” (onde [há] sociedade, lá [há] direito), e consiste em “dar ao outro o que é dele, o que lhe pertence em razão do seu ser e do seu agir”. O Papa não distingue os tipos de justiça (que são essencialmente dois, embora haja quem acrescente a “justiça social”: a justiça comutativa e a justiça distributiva; o primeiro consiste em dar a cada um aquilo a que tem direito como

¹⁷ Cf. http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis_po.html.



se fosse uma troca directa; o segundo consiste em dar em função do que precisa, redistribuindo rendimentos, por exemplo), mas conjuga-a com a caridade. “A caridade supera a justiça”, porém, “não posso «dar» ao outro do que é meu, sem antes lhe ter dado aquilo que lhe compete por justiça. Quem ama os outros com caridade é, antes de mais nada, justo para com eles”, escreve Bento XVI no n.º 6. “A justiça não só não é alheia à caridade, não só não é um caminho alternativo ou paralelo à caridade, mas é «inseparável da caridade», é-lhe intrínseca”, acrescenta. Nisto podemos ver uma crítica a muita acção social dos cristãos, que, sendo imensamente generosos, são, por vezes coniventes com situações políticas e económicas injustas.

4.4. O bem comum é bem de “nós-todos”

Além da justiça, Bento XVI aponta o bem comum como princípio orientador da acção que pretende incentivar com a encíclica. Na realidade, justiça e bem comum juntamente com a solidariedade, a participação, a subsidiariedade, o destino universal dos bens e a dignidade da pessoa humana são aquilo a que os compêndios chamam “princípios DSI”. Bento XVI diz que bem comum é “um bem ligado à vida social das pessoas”, ao lado do bem individual; é o “bem daquele «nós-todos», formado por indivíduos, famílias e grupos intermédios que se unem em comunidade social”. Já o II Concílio do Vaticano afirmara que o bem comum “é o conjunto das condições da vida social que permitem, tanto aos grupos como a cada membro, alcançar mais plena e facilmente a própria perfeição” (*Gaudium et spes*, 26). O Papa concretiza assim o conteúdo de tal princípio: “Comprometer-se pelo bem comum é, por um lado, cuidar e, por outro valer-se daquele conjunto de instituições que estruturam jurídica, civil, política e culturalmente a vida social”. Noutros documentos da Igreja se apontam conteúdos do bem comum: a paz, a organização dos poderes do Estado, a justa ordem jurídica, a protecção do ambiente, a prestação de serviços essenciais às pessoas, os direitos humanos (liberdade política, religiosa e económica, educação, trabalho, habitação, etc.). Por aqui já se intui que a preocupação pelo bem comum é o



“caminho institucional” e mesmo “político” da caridade. Aliás, na visão da Igreja, o Estado deve ser o primeiro servidor do bem comum. Aí reside a sua autoridade política. E os políticos não deviam ter outro objectivo que não fosse o de alcançar o bem comum, na linha do filósofo medieval Tomás de Aquino, que afirmou que a política é [deve ser] a “forma superior de caridade”.

Bento XVI, afirma, por fim, que numa sociedade em vias de globalização, o empenho pelo bem comum tem de “assumir as dimensões da família humana inteira”. Bem comum global?

4.5. Globalização de relacionamento, comunhão e partilha

Bento XVI não tem uma visão pessimista da globalização. “Não obstante algumas limitações estruturais, que não se hão-de negar nem absolutizar, «a globalização a priori não é boa nem má. Será aquilo que as pessoas fizerem dela»”, resume (n.º 42). Em várias das vezes que o Papa usa o termo “globalização” antecede-o da expressão “em vias de” ou “processo de”. É algo a dar-se. Algo dinâmico, que tem origem última na própria unidade da família humana. “(...) Opor-se-lhe cegamente seria uma atitude errada, fruto de preconceito, que acabaria por ignorar um processo marcado também por aspectos positivos, com o risco de perder uma grande ocasião de se inserir nas múltiplas oportunidades de desenvolvimento por ele oferecidas. Adequadamente concebidos e geridos, os processos de globalização oferecem a possibilidade duma grande redistribuição da riqueza a nível mundial, como antes nunca tinha acontecido; se mal geridos, podem, pelo contrário, fazer crescer pobreza e desigualdade, bem como contagiar com uma crise o mundo inteiro” (n.º 42).

Em síntese, “a globalização é um fenómeno pluridimensional e polivalente, que exige ser compreendido na diversidade e unidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica. Isto permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha” (n.º 42).

Bento XVI, na linha internacionalista que é típica do Vaticano, fala mesmo de uma autoridade mundial e da reforma das Nações Unidas (que não são,



obviamente, um governo mundial), no 67. Dez números antes, dá algumas pistas para o governo da globalização: “A globalização tem necessidade, sem dúvida, de autoridade, enquanto põe o problema de um bem comum global a alcançar; mas tal autoridade deverá ser organizada de modo subsidiário e poliárquico, seja para não lesar a liberdade, seja para resultar concretamente eficaz”. Assunto em aberto.

4.6. Para um trabalho decente

O trabalho e os problemas adjacentes (desemprego, sindicatos, salários, direitos, greve...) são conaturais à DSI. Bento XVI aborda-a principalmente nos números 63 e 64, no contexto do desenvolvimento, deixando três ideias principais: a pobreza está relacionada com a “violação da dignidade do trabalho”; é preciso trabalho decente; as organizações sindicais têm de adaptar-se. Sobre o primeiro ponto, o Papa afirma que “em muitos casos, os pobres são o resultado da violação da dignidade do trabalho humano” no desemprego e no subemprego e ainda na desvalorização dos direitos.

Interroga-se depois sobre o que é a “decência” aplicada ao trabalho? Vale a pena citar, apesar de ser um trecho grande: “[Decência] significa um trabalho que, em cada sociedade, seja a expressão da dignidade essencial de todo o homem e mulher: um trabalho escolhido livremente, que associe eficazmente os trabalhadores, homens e mulheres, ao desenvolvimento da sua comunidade; um trabalho que, deste modo, permita aos trabalhadores serem respeitados sem qualquer discriminação; um trabalho que consinta satisfazer as necessidades das famílias e dar a escolaridade aos filhos, sem que estes sejam constrangidos a trabalhar; um trabalho que permita aos trabalhadores organizarem-se livremente e fazerem ouvir a sua voz; um trabalho que deixe espaço suficiente para reencontrar as próprias raízes a nível pessoal familiar e espiritual; um trabalho que assegure aos trabalhadores aposentados uma condição decorosa” (do n.º63). Lembra também o apelo de João Paulo II para “uma coligação mundial em favor do trabalho decente”.



Sobre os sindicatos, Bento XVI pede-lhes que se abram às “novas perspectivas que surgem no âmbito laboral”. Em concreto: superem as limitações dos sindicatos de categoria abrindo-se a novos problemas, passando da pessoa-trabalhadora à pessoa-consumidora; voltem o seu olhar para os não-inscritos; voltem-se para os trabalhadores dos países em vias de desenvolvimento; mantenham-se separados da política.

4.7. Respeitar o ambiente exige novos estilos de vida

Em nenhuma outra questão como a do ambiente entra tanto a cultura bíblica. O cuidado da Criação é intrínseco ao cristianismo. Note-se, por exemplo, que a cultura bíblica tinha uma concepção positiva do mundo, porque criado por Deus, que é bom, ao contrário de outras culturas circundantes. Nesse sentido, Bento XVI lembra o filósofo grego Heraclito, para quem a natureza era como “um monte de lixo espalhado ao acaso” (n.º 48). Como para os cristãos, a natureza não é “fruto do acaso ou do determinismo evolutivo”, mas resultado da “intervenção criadora de Deus”, isso confere-lhes uma especial preocupação ambiental equilibrada. “Se falta esta perspectiva, o homem acaba ou por considerar a natureza um tabu intocável ou, ao contrário, por abusar dela. Nem uma nem outra destas atitudes correspondem à visão cristã da natureza, fruto da criação de Deus” (n.º 48).

Nesta linha, o Papa aponta como desvios tanto os “comportamentos neopagãos” e panteístas que consideram a natureza mais importante do que a própria pessoa humana (terá em vista tanto alguns movimentos ecologistas como movimentos pró-aborto) como os comportamentos tecnicistas e instrumentais que consideram que a natureza é para dispor “a nosso bel-prazer” (veja-se tanto a destruição industrial dos ecossistemas, como a invasão de turistas nos locais mais recônditos). O Papa refere, por isso, dever de solidariedade entre gerações. Os que virão também têm direito ao mundo. O equilíbrio consegue-se conhecendo a “«gramática» [inscrita por Deus na natureza] que indica finalidades e critérios para uma utilização sábia”.



As “problemáticas energéticas” também estão presentes neste contexto, exigindo uma “renovada solidariedade” com os países em vias de desenvolvimento e um “governo responsável sobre a natureza”, além da cooperação internacional na pesquisa de fontes novas e alternativas de energia.

Bento XVI realça ainda que “o modo como o ser humano trata o ambiente influi sobre o modo como se trata a si mesmo, e vice-versa” (ecologia humana e ecologia ambiental), e apela a novos estilos de vida, “nos quais a busca do verdadeiro, do belo e do bom e a comunhão com os outros homens para um crescimento comum sejam os elementos que determinam as opções dos consumos, das poupanças e dos investimentos” (n.º 51).

A *Caritas in veritate* aborda a questão ambiental porque “a Igreja sente o seu peso de responsabilidade pela criação e deve fazer valer esta responsabilidade também em público” para defender a Terra e o ser humano (n.º 51).

4.8. A lógica do dom

“A gratuidade está presente na vida do ser humano sob múltiplas formas, que frequentemente lhe passam despercebidas por causa duma visão meramente produtiva e utilitarista da existência” (n.º 34). Sem dúvida que a experiência diária nos diz que a vida é feita de imensas dádivas. Ora, a gratuidade tem de estender-se também à economia, ao desenvolvimento dos povos – esta é uma das grandes lições da *Caritas in veritate*.

Ressalvando que a lógica do dom não exclui a justiça (Bento XVI não o diz, mas é fácil compreender que seria impossível a vida em sociedade se a gratuidade fosse uma exigência de quem deve, em vez de ser um dom de quem pode; no n.º 38 acrescenta que a gratuidade é necessária para que aconteça a justiça), o Papa diz que “o desenvolvimento económico, social e político precisa, se quiser ser autenticamente humano, de dar espaço ao princípio da gratuidade como expressão de fraternidade” (n.º 34) e que “nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da actividade económica normal” (n.º 36).



O Papa não diz como se concretiza a gratuidade, mas os comentadores têm dito que, neste contexto, na economia a gratuidade corresponde ao terceiro sector, o das organizações não-lucrativas (o primeiro é o das empresas privadas e o segundo é o público), de ONG (organizações não governamentais) a IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e “organizações produtivas que perseguem fins mutualistas e sociais”. No n.º 39, porém, pretende levar mais longe a “lógica do dom e da gratuidade”: “O mercado da gratuidade não existe, tal como não se podem estabelecer por lei comportamentos gratuitos, e todavia tanto o mercado como a política precisam de pessoas abertas ao dom recíproco”. Trata-se principalmente de “comportamentos gratuitos” e de “pessoas abertas ao dom”. E isto concretiza-se de dois modos. Por um lado, voluntariado, por outro destino de verbas por parte de particulares, empresas e mesmo Estados para lá das obrigações. Mas se nem sequer o que está acordado internacionalmente pelos Estados é cumprido (pense-se nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que, embora tão simples, não serão alcançados até 2015), como esperar que se torne efectiva a “lógica do dom”?

5. Notas finais

Estes são apenas alguns apontamentos, com abundantes citações, que pretendem sugerir a leitura do documento maior. Alguns dos temas da encíclica nem sequer aqui foram apontados, como a segurança social, a mobilidade laboral, a liberdade religiosa, a sociedade civil, as deslocalizações, o espírito empresarial, a ajuda internacional, o crescimento demográfico, a relação entre empresa e ética, a cooperação internacional, a colaboração de crentes com não-crentes, o turismo internacional, as migrações, o progresso tecnológico, entre outros. Tudo temas que se encontram no centro de muitos dos debates do mundo actual.

A *Caritas in veritate* sugere no final uma nova aliança entre fé e razão, que é aviso para crentes e não crentes: “Fascinada pela pura tecnologia, a razão sem a fé está destinada a perder-se na ilusão da própria onnipotência, enquanto a fé sem a razão corre o risco do alheamento da vida concreta das pessoas” (n. 74). Outras



alianças são necessárias, na visão papal: entre verdade e caridade, desenvolvimento material e espiritual, ser humano e Deus.

A ideia de aliança talvez esteja, afinal, no cerne desse documento. Bento XVI oferece uma visão de superação de várias dicotomias como a do público/privado, produção/distribuição, justiça/caridade, Estado/mercado...

Se até à década de 1980 a doutrina social da Igreja foi vista como instância crítica das economias centralizadas, por sempre ter defendido a liberdade económica, desde a Queda do Muro de Berlim dirigiu algumas críticas ao mercado livre sem ética com base numa visão personalista do desenvolvimento humano. “A Igreja não tem modelos a propor”, escreveu João Paulo II, porque “os modelos reais e eficazes poderão nascer apenas no quadro das diferentes situações históricas, graças aos responsáveis que enfrentam os problemas sociais, económicos, políticos e culturais que se entrelaçam mutuamente”¹⁸, mas levanta problemas e aponta princípios para um debate potenciador de soluções. A solidariedade de pessoas e nações – uma forma de responsabilidade sobre o outro –, a liberdade de participação, assente na dignidade do ser humano criado “à imagem de Deus” (Gn 1,26) e a gratuidade (a entrega à causa pública enquanto dom de si mesmo para lá das estritas obrigações legais), além da verdade na caridade, são alguns dos valores humanos a que Bento XVI apela para “o desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira” (n.º 1).

Na primeira encíclica do seu pontificado, Bento XVI escreve: “A doutrina social da Igreja discorre a partir da razão e do direito natural, isto é, a partir daquilo que é conforme à natureza de todo o ser humano”¹⁹. Nesse sentido, pode ser aprendida não só pelos que se identificam com os valores e a fé cristã, mas também por quem tem uma visão humanista e ética do mundo.

A finalidade da Igreja não é fazer política. Quer antes “servir a formação da consciência na política e ajudar a crescer a percepção das verdadeiras exigências da justiça e, simultaneamente, a disponibilidade para agir com base nas mesmas,

¹⁸ JOÃO PAULO II, *Centesimus annus*, n.º 43.

¹⁹ BENTO XVI, *Deus caritas est*, n.º 28.



ainda que tal colidisse com situações de interesse pessoal”²⁰. As tarefas políticas não são missão da Igreja, pelo que esta “não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado”, “mas também não pode nem deve ficar à margem na luta pela justiça”. Qual será o seu papel, então? “Deve inserir-se nela pela via da argumentação racional e deve despertar as forças espirituais, sem as quais a justiça, que sempre requer renúncias também, não poderá afirmar-se nem prosperar. A sociedade justa não pode ser obra da Igreja; deve ser realizada pela política. Mas toca à Igreja, e profundamente, o empenhar-se pela justiça trabalhando para a abertura da inteligência e da vontade às exigências do bem”²¹.

O pensamento social da Igreja, de que Bento XVI é herdeiro e, com esta encíclica, continuador, alicerça-se num humanismo cristão que não abdica da fé mas também nunca exclui, pelo contrário, supõe, a razão. Nesse sentido, pode constituir uma plataforma de diálogo para várias concepções sobre o desenvolvimento sócio-económico.

No ano da visita de Bento XVI a Portugal – algo que diz mais respeito aos crentes, mas que também tem ressonâncias para lá das fronteiras da Igreja – será de lamentar se o barulho mediático ocultar a sua contribuição mais reflectida para o mundo em que vivemos.

²⁰ Idem.

²¹ Idem.



Referências

AAVV, *Caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja, documentos de 1891 a 1991*, Lisboa, Reis dos Livros, 2002.

BENTO XVI, *Caridade na verdade*, Prior Velho, Paulinas, 2009

Idem, Deus é amor, Prior Velho, Paulinas, 2009

Idem, Salvos na esperança, Prior Velho, Paulinas, 2009

CONSELHO PONTIFÍCIO «JUSTIÇA E PAZ», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, São João do Estoril, Principia, 2005.

NEVES, João César das, *Introdução à Ética Empresarial*, São João do Estoril, Principia, 2008

PORTO, Manuel e SILVA, Bernardino (coordenadores), *Uma Sociedade Criadora de Emprego. Semanas Sociais Portuguesas*, Braga, Conferência Episcopal Portuguesa, 2007